



**COMISSÃO UNITÁRIA DE REFORMADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DE  
SÃO JOÃO DA TALHA**

# ESTATUTOS

**Aprovado em Assembleia Geral realizada a 05 de Novembro de 2015**

**S. JOÃO DA TALHA**

**COMISSÃO UNITÁRIA DE REFORMADOS  
PENSIONISTAS E IDOSOS**

## Capítulo I

### **Da Denominação, sede, natureza e fins**

#### **Artº.1º.**

A Associação com a designação “**COMISSÃO UNITÁRIA DE REFORMADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DE SÃO JOÃO DA TALHA**”, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, com sede na Rua Almada Negreiros, n.º 3, 2695 -511 São João da Talha, constituída por tempo indeterminado, com âmbito de acção que abrange a União de Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela.

#### **Artº.2º.**

A Associação “**COMISSÃO UNITÁRIA DE REFORMADOS, PENSIONISTAS E IDOSOS DE SÃO JOÃO DA TALHA**”, tem por objectivo contribuir para o apoio a cidadãos reformados, pensionistas, idosos e cidadãos na situação de invalidez, com a falta de meios de subsistência ou de incapacidade para o trabalho.

#### **Artº.3º.**

Para a realização dos seus objectivos, a instituição propõe-se manter as seguintes actividades:

- a) Centro de Dia;
- b) Centro de Convívio;
- c) Serviços de Ajuda e Apoio Domiciliário;
- d) Criação de Colónias de Férias;
- e) Ocupação de tempos livres;
- f) Outros que contribuam para a efectivação dos direitos sociais dos cidadãos.

#### **Artº.4º.**

A organização e funcionamento dos diversos sectores de actividade constarão de regulamentos internos elaborados pela Direcção.

#### **Artº.5º.**

1. Os serviços prestados pela Instituição serão gratuitos ou remunerados em regime de porcionismo, de acordo com a situação económica familiar dos utentes apurados em inquérito a que se deverá sempre proceder.

2. As tabelas de comparticipação serão elaboradas em conformidade com as normas legais aplicáveis e com os acordos de cooperação que sejam celebrados com os serviços oficiais competentes.

## **Capítulo II**

### **Dos Associados**

#### **Artº.6º.**

1. A Associação compõe-se de um número ilimitado de associados.

Podem ser associados todos os reformados, pensionistas e idosos residentes na área da União de Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela.

#### **Artº.7º.**

Haverá duas categorias de associados:

1. **Honorários** – as pessoas singulares ou colectivas que, através de serviços ou donativos, dêem contribuição especialmente relevante para a realização dos fins da instituição, como tal reconhecida e proclamada pela Assembleia Geral.
2. **Efectivos** – As pessoas que se proponham colaborar na realização dos fins da associação, obrigando-se ao pagamento de jóia e quota mensal, nos montantes fixados pela Assembleia Geral.

#### **Artº.8º.**

A qualidade de associado prova-se pela inscrição no livro respectivo, que a associação obrigatoriamente possuirá.

#### **Artº.9º.**

São deveres dos associados.

- a) Pagar pontualmente as quotas, tratando-se de associados efectivos;
- b) Comparecer às reuniões da Assembleia Geral;
- c) Observar as disposições estatutárias e regulamentos e as deliberações dos corpos gerentes;
- d) Desempenhar com zelo os cargos para que foram eleitos.

#### **Artº.10º.**

Os associados gozam dos seguintes direitos:

- a) Participar nas reuniões da Assembleia Geral;
- b) Eleger e ser eleito para cargos sociais;
- c) Requerer a convocação extraordinária da Assembleia Geral, nos termos do número três do artigo trigésimo primeiro;
- d) Examinar os livros, relatórios e contas e demais documentos, desde que o requeiram, por escrito, com a antecedência mínima de oito dias e se verifique um interesse pessoal, directo e legítimo.

#### **Artº.11º.**

1. Os associados efectivos só podem exercer os direitos referidos no artigo anterior se tiverem em dia o pagamento das suas quotas.
2. Os associados efectivos que tenham sido admitidos há menos de um ano não gozam dos direitos referidos nas alíneas b) e c) do artigo anterior, e podem participar nas reuniões da Assembleia Geral, mas sem direito a voto.
3. Não são elegíveis para os órgãos sociais os associados que, mediante processo judicial, inquérito ou sindicância, tenham sido removidos dos cargos directivos da associação ou de outra instituição particular de solidariedade social, ou tenham sido declarados responsáveis por irregularidades cometidas no exercício dessas funções.

#### **Artº.12º.**

1. A qualidade de associado não é transmissível, quer por acto entre vivos, quer por sucessão.
2. Os associados não podem incumbir outrem de exercer os seus direitos pessoais.

#### **Artº.13º.**

1. Os sócios que violarem os deveres estabelecidos no artigo 9º., com excepção da alínea b) do mesmo artigo, ficam sujeitos às seguintes sanções:
  - a) Repreensão;
  - b) Suspensão de direitos até cento e oitenta dias;
  - c) Demissão.
2. São demitidos os sócios que por actos dolosos tenham prejudicado materialmente a associação.
3. As sanções previstas nas alíneas a) e b) do n.º1 são da competência da direcção.

4. A demissão é sanção da exclusiva competência da Assembleia Geral, sob proposta da direcção.

5. A aplicação das sanções previstas nas alíneas b) e c) do n.º1 deste artigo só se efectivarão mediante audiência obrigatória do associado.

6. A suspensão de direitos na sequência da alínea b) do nº 1 não desobriga do pagamento da quota.

### **Artº.14º.**

Perdem a qualidade de associados:

1. a) Os que pedirem a sua exoneração;
  - b) Os que deixarem de pagar as suas quotas durante seis meses;
  - c) Os que forem demitidos nos termos do número 2. do artº. 13º.
2. No caso previsto na alínea b) do número anterior considera-se eliminado o associado que, tendo sido notificado pela direcção para efectuar o pagamento das quotas em atraso, o não faça no prazo de trinta dias.

### **Artº.15º.**

O associado que, por qualquer forma, deixar de pertencer à associação não tem direito a reaver as quotizações que haja pago, sem prejuízo da sua responsabilidade por todas as prestações relativas ao tempo em que foi membro da associação.

## **CAPITULO III**

### **Dos Corpos Gerentes**

#### **Secção Um**

#### **Disposições Gerais**

### **Artº.16º.**

São órgãos da associação a Assembleia Geral, a Direcção e o Conselho Fiscal.

### **Artº.17º.**

O exercício de qualquer cargo nos corpos gerentes é gratuito, mas pode justificar o pagamento de despesas dele derivadas.



### **Artº.18º.**

1. A duração do mandato dos corpos gerentes é de quatro anos, devendo proceder-se à sua eleição no mês de Dezembro do último ano de cada quadriénio.
2. O mandato inicia-se com a tomada de posse perante o presidente da mesa da assembleia geral ou seu substituto. A tomada de posse terá lugar no prazo de trinta dias após a eleição.
3. Quando a eleição tenha sido efectuada extraordinariamente fora do mês de Dezembro, a posse poderá ter lugar dentro do prazo estabelecido no precedente n.º2, mas, neste caso, e para efeitos do n.º1, o mandato considera-se iniciado no primeiro mês do ano civil em que se realizou a eleição.
4. Quando as eleições não sejam realizadas atempadamente considera-se prorrogado o mandato em curso até à posse dos novos corpos gerentes.

### **Artº.19º.**

1. Em caso de vacatura da maioria dos membros de cada órgão social deverão realizar-se eleições parciais para o preenchimento das vagas verificadas, no prazo máximo de um mês, e a posse deverá ter lugar nos trinta dias seguintes à eleição.
2. O termo do mandato dos membros eleitos nas condições do número anterior coincidirá com o dos inicialmente eleitos.

### **Artº.20º.**

1. Os membros dos corpos gerentes só podem ser eleitos consecutivamente para três mandatos no mesmo cargo, salvo se a assembleia geral reconhecer expressamente que é impossível ou inconveniente proceder à sua substituição.
2. Não é permitido aos membros dos corpos gerentes o desempenho de mais de um cargo da mesma associação.

### **Artº.21º.**

1. Os corpos gerentes são convocados pelos respectivos presidentes e só podem deliberar com a presença da maioria dos seus titulares.
2. As deliberações são tomadas por maioria de votos dos titulares presentes, tendo o presidente, além do seu voto, direito a voto de desempate.
3. As votações respeitantes às eleições dos corpos gerentes ou a assuntos de incidência pessoal dos seus membros serão feitas obrigatoriamente por escrutínio secreto.

### **Artº.22º.**

1. Os membros dos corpos gerentes são responsáveis civil e criminalidade pelas faltas ou irregularidades cometidas no exercício do mandato.
2. Além dos motivos previstos na lei, os membros dos corpos gerentes ficam exonerados da responsabilidade se:
  - a) Não tiverem tomado parte na respectiva resolução e a reprovarem com declaração na acta da sessão imediata em que se encontrem presentes;
  - b) Tiverem votado contra essa resolução e o fizerem consignar na acta respectiva.

### **Artº.23º.**

1. Os membros dos corpos gerentes não poderão votar em assuntos que directamente lhe digam respeito ou nos quais sejam interessados os respectivos cônjuges, ascendentes, descendentes ou equiparados.
2. Os membros dos corpos gerentes não podem contratar directa ou indirectamente com a associação, salvo se do contrato resultar manifesto benefício para a associação.
3. Os fundamentos das deliberações sobre os contractos referidos no número anterior deverão constar das actas das reuniões do respectivo corpo gerente.

### **Artº.24º.**

É admitido o voto por correspondência sob condição de o seu sentido ser expressamente indicado em relação ao ponto ou pontos da ordem de trabalhos e a assinatura do associado se encontrar reconhecida notarialmente.

### **Artº.25º.**

Das reuniões dos corpos gerentes serão sempre lavradas actas que serão obrigatoriamente assinadas pelos membros presentes ou, quando respeitem as reuniões da Assembleia Geral, pelos membros da respectiva mesa.

## **Secção Dois**

# **COMISSÃO UNITÁRIA DE REFORMADOS Da Assembleia Geral PENSIONISTAS E IDOSOS**

### **Artº.26º.**

A Assembleia Geral é constituída por todos os sócios admitidos há, pelo menos, um ano que tenham as suas quotas em dia e em pleno gozo dos seus direitos.

### **Artº.27º.**

À Assembleia Geral compete deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas atribuições dos outros órgãos da associação, e, necessariamente:

- a) Definir as linhas fundamentais da actuação da associação;
- b) Eleger e destituir, por votação secreta os membros da respectiva mesa e os membros dos órgãos executivos e de fiscalização;
- c) Apreciar e votar anualmente o orçamento e programa de acção para o exercício seguinte, bem como o relatório e contas de gerência;
- d) Deliberar sobre a aquisição onerosa e a alienação, a qualquer título, de bens imóveis e de outros bens patrimoniais de rendimento ou de valor histórico ou artístico;
- e) Deliberar sobre a alteração dos estatutos;
- f) Deliberar sobre a extinção, cisão ou fusão da associação;
- g) Fixar os montantes da jóia e da quota mínima;
- h) Deliberar sobre a aceitação de integração de uma instituição e respectivos bens;
- i) Autorizar a associação a demandar os membros dos corpos gerentes por actos praticados no exercício das suas funções,
- j) Aprovar a adesão a uniões, federações ou confederações.

### **Artº.28º.**

1. A Assembleia Geral é dirigida pela respectiva mesa, constituída por um presidente, um primeiro secretário e um segundo secretário.
2. O presidente será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo primeiro secretário.
3. Os secretários serão substituídos nas suas faltas ou impedimentos pelos sócios eleitos pela assembleia geral, os quais cessam as suas funções no termo da reunião.

### **Art º.29º.**

Compete à mesa da Assembleia Geral dirigir, orientar e disciplinar os trabalhos da assembleia, representá-la e em especial:

- a) Decidir sobre os protestos e reclamações respeitantes aos actos eleitorais, sem prejuízo de recurso, nos termos legais;



- b) Conferir posse aos membros dos corpos gerentes eleitos.

### **Artº.30º.**

1. A Assembleia Geral é convocada pelo presidente da mesa ou seu substituto, com antecedência não inferior a quinze dias, sendo a mesma publicitada, utilizando os meios mais adequados indicando onde conste o dia, hora e local de reunião e a respectiva ordem de trabalhos.
2. A Assembleia só poderá funcionar e deliberar, em primeira convocação, com a maioria dos associados.
3. Se não houver número legal de associados, a Assembleia reunirá com qualquer número meia hora depois da hora prevista.

### **Artº.31º.**

1. As reuniões da Assembleia Geral são ordinárias e extraordinárias.
2. A assembleia geral reunirá, ordinariamente:
  - a) No final de cada mandato, durante o mês de Dezembro, para a eleição dos corpos gerentes;
  - b) Até trinta e um de Março de cada ano para discussão e votação de relatório e contas da gerência do ano anterior, bem como do parecer do Conselho Fiscal;
  - c) Até trinta de Novembro de cada ano, para apreciação e votação do orçamento e programa de acção para o ano seguinte e do parecer do Conselho Fiscal.
3. A assembleia reunirá extraordinariamente sempre que seja convocada, por iniciativa da mesa ou a pedido da Direcção ou do Conselho Fiscal, ou requerida, pelo menos, cem associados no pleno gozo dos seus direitos.
4. A Assembleia Geral extraordinária que seja convocada a requerimento dos associados só poderá reunir se estiverem presentes três quartos dos requerentes.

### **Artº. 32º.**

1. Salvo o disposto nos números seguintes, as deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria absoluta dos votos dos associados presentes.
2. As deliberações sobre as matérias constantes nas alíneas e),f), g), h) e i) do artº. 27º., só serão válidas se obtiverem o voto favorável de, pelo menos, dois terços dos votos expressos.

3. No caso da alínea e) do artº, 27º., a dissolução não terá lugar se, pelo menos, um número de associados igual ao dobro dos membros dos Corpos Gerentes se declarar disposto a assegurar a permanência da associação, qualquer que seja o número de votos contra.

### **Artº. 33º.**

1. São anuláveis as deliberações tomadas sobre matérias estranhas à ordem do dia, salvo se estiverem presentes ou representados na reunião todos os associados no pleno gozo dos seus direitos sociais e todos concordarem com o aditamento.

2. A deliberação da Assembleia Geral sobre o exercício do direito de acção civil ou penal contra os membros dos corpos gerentes pode ser tomada na sessão convocada para apreciação do balanço, relatório e contas do exercício, mesmo que a respectiva proposta não conste da ordem de trabalhos.

3. As votações respeitantes a assuntos de incidência pessoal serão feitas por escrutínio secreto.

### **Secção Três**

### **Da Direcção**

### **Artº. 34º.**

1. A Direcção da Associação é constituída por sete membros, dos quais um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretario, um Tesoureiro e três Vogais (1º, 2º e 3º).

2. No caso de vacatura do lugar de Presidente será o lugar preenchido pelo Vice-Presidente.

3. No caso de vacatura de qualquer outro membro, compete aos restantes deliberar sobre a distribuição dos cargos.

### **Artº. 35º.**

Compete à Direcção dirigir e administrar a associação, e designadamente:

- a) Organizar os orçamentos, contas de gerência e quadros de pessoal;
- b) Elaborar os programas de acção da associação, articulando-os com os planos e programas gerais da segurança social;
- c) Fixar ou modificar a estrutura dos serviços da associação e regular o seu funcionamento, elaborando regulamentos internos;

- d) Velar pela organização e funcionamento dos serviços;
- e) Organizar o quadro de pessoal e contratar e gerir o pessoal da associação;
- f) Admitir os associados e propor à Assembleia Geral a sua eliminação;
- g) Manter sob guarda e responsabilidade os bens e valores pertencentes à associação;
- h) Celebrar acordos de cooperação com os serviços sociais da Segurança Social;
- i) Representar a associação em juízo ou fora dele;
- j) Zelar pelo cumprimento da lei, dos estatutos e das deliberações dos órgãos da associação;
- k) Garantir efectivação dos direitos dos beneficiários;
- l) Desenvolver actividades de carácter não lucrativo com outras entidades em regime de parceria, desde que os resultados económicos contribuam exclusivamente para o financiamento da Associação.

#### **Artº. 36º.**

Compete, em especial, ao Presidente da Direcção:

- a) Superintender na administração da associação, orientando e fiscalizando os respectivos serviços;
- b) Convocar e presidir às reuniões da direcção, dirigindo os respectivos trabalhos;
- c) Despachar os assuntos normais de expediente e outros que careçam de solução urgente, sujeitando, estes últimos, à confirmação da direcção da primeira reunião seguinte;
- d) Promover a execução das deliberações da Assembleia Geral e da direcção;
- e) Assinar os actos de mero expediente e, juntamente com outro membro da direcção, os actos e contratos que obriguem a associação;
- f) Representar a associação em juízo ou fora dele.

#### **Artº. 37º.**

Compete ao Vice-Presidente coadjuvar o presidente no exercício das suas atribuições e substituí-lo nas suas faltas ou impedimentos.

#### **Artº. 38º.**

Compete ao Secretário:

- a) Lavrar as actas das sessões e superintender nos serviços de expediente;
- b) Preparar a agenda de trabalhos para as reuniões da Direcção, organizando os processos dos assuntos a serem tratados;
- c) Superintender nos serviços de secretaria.

#### **Artº. 39º.**

Compete ao Tesoureiro:

- a) Receber e guardar os valores da Associação;
- b) Promover a escrituração de todos os livros de receitas e de despesas;
- c) Assinar as autorizações de pagamento e as guias de receitas conjuntamente com o presidente;
- d) Apresentar mensalmente à Direcção o balancete em que se discriminarão as receitas e as despesas do mês anterior;
- e) Superintender nos serviços de contabilidade e tesouraria.

#### **Artº. 40º.**

Compete ao Vogal (1º, 2º, e 3º) coadjuvar os restantes membros da Direcção nas respectivas atribuições e exercer as funções que a Direcção lhe atribuir.

#### **Artº. 41º.**

A Direcção deverá reunir, pelo menos, uma vez por mês.

#### **Artº. 42º.**

1. Para obrigar a Associação são necessárias e bastantes as assinaturas conjuntas de dois membros da Direcção.
2. Nas operações financeiras são obrigatórias as assinaturas conjuntas do Presidente e do Tesoureiro
3. Nos actos de mero expediente, bastará a assinatura de qualquer membro da Direcção.

**COMISSÃO UNITÁRIA DE REFORMADOS  
PENSIONISTAS E IDOSOS**

**Secção Quarta**  
**Do Conselho Fiscal**



### **Artº. 43º.**

1. O Conselho Fiscal é composto por três membros, dos quais um Presidente e dois Vogais (1º e 2º).
2. No caso de vacatura do cargo de Presidente, será o mesmo preenchido pelo primeiro Vogal.

### **Artº. 44º.**

Compete ao Conselho Fiscal vigiar pelo cumprimento da lei e dos estatutos, e, designadamente:

- a) Exercer o controlo e fiscalização sobre a escrituração e documentos da associação sempre que se julgue conveniente;
- b) Assistir ou fazer-se representar por um dos seus membros às reuniões do órgão executivo, sempre que se julgue conveniente;
- c) Dar parecer sobre o relatório e contas do exercício, bem como sobre o programa de acção, orçamento para o ano seguinte e todos os assuntos que os outros órgãos submetam à sua apreciação.

### **Artº. 45º.**

O Conselho Fiscal pode solicitar à Direcção elementos que considere necessários ao cumprimento das suas atribuições, bem como propor reuniões extraordinárias para discussão, com aquele órgão, de determinados assuntos cuja importância o justifique.

### **Artº. 46º.**

O Conselho Fiscal reunirá sempre que o julgue conveniente, por convocação do Presidente, e obrigatoriamente, pelo menos, uma vez cada trimestre.

## **CAPÍTULO IV**

# **COMISSÃO UNITÁRIA DE REFORMADOS PENSIONISTAS E IDOSOS**

### **Disposições Diversas**

### **Artº. 47º.**

Constituem receitas da Associação:

- a) O produto das jóias e quotas dos associados;
- b) As comparticipações dos utentes;
- c) Os rendimentos dos bens próprios;
- d) As doações, legados e heranças e respectivos rendimentos;
- e) Os subsídios do estado ou de organismos oficiais;
- f) Os donativos e produtos de festas ou subscrições;
- g) Outras receitas.

#### **Artº. 48º.**

A Associação, no exercício das suas actividades, respeitará a acção orientadora do Estado, nos termos da legislação aplicável, e cooperará com outras instituições particulares e com os serviços oficiais competentes, para obter o mais alto grau de justiça, de benefícios sociais e de aproveitamento dos recursos.

#### **Artº. 49º.**

Os casos omissos serão resolvidos pela Assembleia Geral, de acordo com a legislação em vigor.

#### **Artº. 50º.**

1. No caso de extinção da associação, competirá à Assembleia Geral deliberar sobre o destino dos seus bens, nos termos da legislação em vigor, bem como eleger uma comissão liquidatária.
2. Os poderes da comissão liquidatária ficam limitados à prática de actos meramente conservatórios e necessários, quer à liquidação do património social, quer à ulitimação dos negócios pendentes.

S. João da Talha, 05 de Novembro de 2015

Presidente da Assembleia Geral

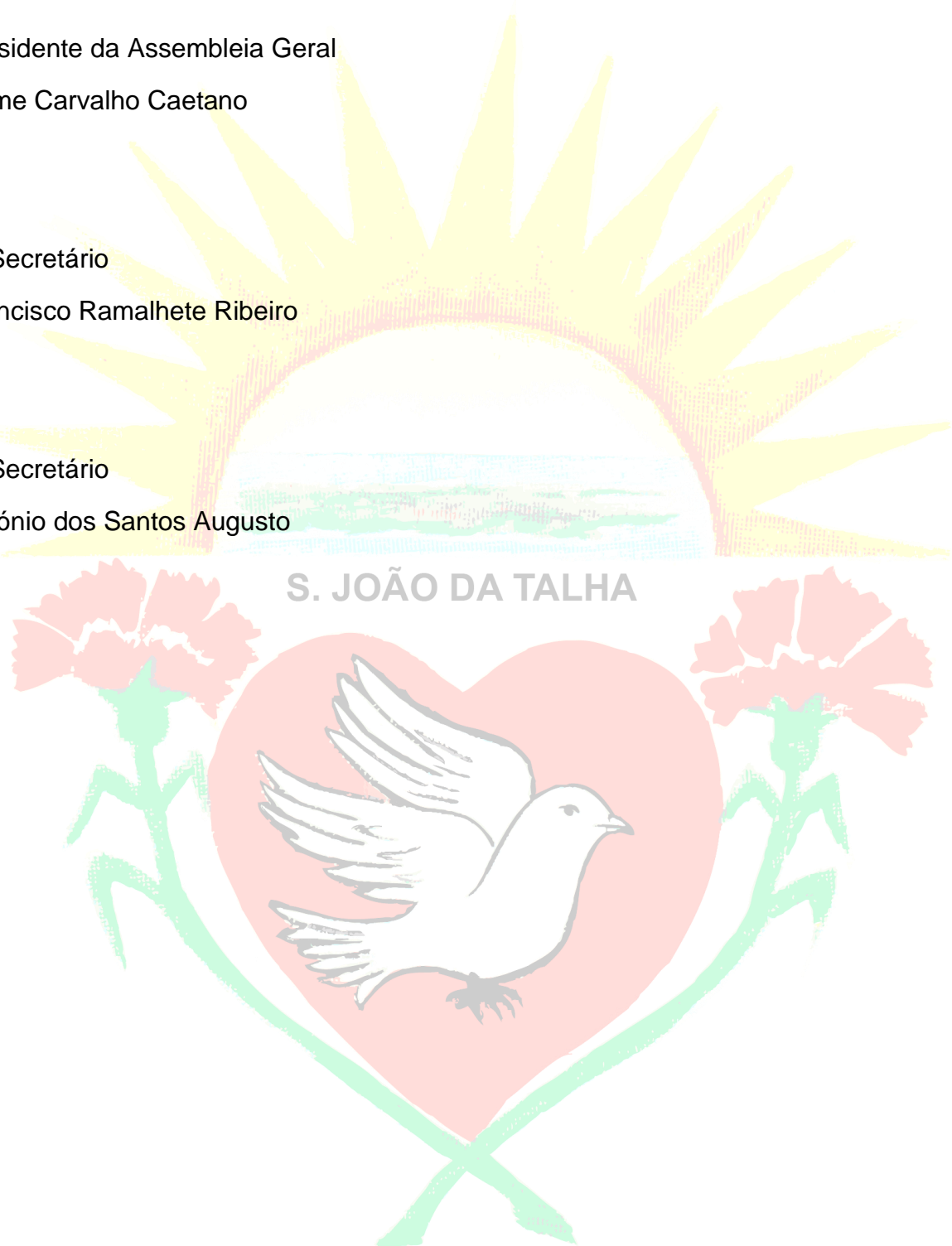
Jaime Carvalho Caetano

1º Secretário

Francisco Ramalhete Ribeiro

2º Secretário

António dos Santos Augusto



**COMISSÃO UNITÁRIA DE REFORMADOS  
PENSIONISTAS E IDOSOS**